

# **A Comunicação Política na Sociedade da Informação: Elites Parlamentares e Internet**

**Gustavo Cardoso**

**Angela Morgado**

## **Resumo**

Este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre a comunicação política e o papel da Internet nesse processo, tendo como base os dados empíricos recolhidos num estudo promovido pelo ISCTE sobre a utilização da Internet no parlamento português.

Ao estudar a influência das tecnologias de informação na actividade política, o modo como aquelas contribuem para a redefinição e reestruturação do funcionamento dos sistemas democráticos e ao averiguar de que forma as TIC's podem promover um aprofundamento da relação entre deputados e eleitores, procura-se delinear os contornos de uma possível nova etapa para as democracias, uma democracia digital caracterizada por novas formas de participação. No entanto, essas novas formas de democracia não têm obrigatoriamente de promover a aproximação entre representantes e cidadãos e consequentemente promover uma democracia directa. É no estudo da complexa relação das práticas e atitudes dos deputados portugueses e das promessas de autores, que nos apresentam as possibilidades de apropriação política da Internet pelo Estado, que este artigo se situa.

## **Estado, comunicação política e a Internet**

Os autores deste artigo partilham da visão de Manuel Castells<sup>1</sup> de que os Estados Nação neste princípio de Milénio, se encontram marcados por uma contradição fundamental. Essa contradição é exemplificada pelo facto de que quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria directa com os agentes da globalização, menos o Estado Nação representa as suas bases políticas nacionais. A política do início do milénio, praticamente no mundo todo, está profundamente marcada por essa contradição, a ponto de políticos e analistas afirmarem existir uma crise da democracia e da participação política nas sociedades contemporâneas.

Hoje, como ao longo de todo o passado século XX, as tecnologias de comunicação são vistas como agentes transformadores da sociedade e muitos são os actores sociais que parecem olhar para a tecnologia como um elemento fundamental e promissor na

---

<sup>1</sup> Castells, Manuel (1996), *The Information Age: The Power of Identity*, London, Blackwell.

melhoria das nossas vidas. Assim, autores como Mark Poster<sup>2</sup> não hesitam em afirmar que a Internet aparece como um novo media que oferece todos os elementos necessários para representar um marco na evolução dos processos de mediação comunicativa. A Internet, segundo Poster, permite a comunicação de muitos para muitos, através do contacto instantâneo global e a da utilização da rede como estrutura de comunicação base e da possibilidade de recepção, alteração e redistribuição da informação, que por sua vez, em conjunto, deslocam a comunicação do espaço da Nação para um espaço globalizado. A Internet introduz no processo de comunicação um elemento fundamental, a descentralização da informação. O utilizador passaria a controlar a informação.

Os *media* tradicionais entendem, na formulação do sistema de *media* tradicional, o receptor da informação como mero receptor de notícias, produzidas por um número limitado de fontes. Com o aparecimento dos novos *media* electrónicos, o controle da informação está nas mãos do receptor, activo na procura da informação, capaz de editar e listar as suas próprias fontes. Na Internet os receptores podem produzir informação. Os indivíduos ou grupos têm agora ao seu dispor um meio mais fácil, menos dispendioso para trocar informação com outros actores numa base local, nacional ou global. Este é o panorama que nos é colocado à disposição.

Não é por isso de espantar que face à crise do Estado Nação e da crise da democracia e da participação política nas sociedades contemporâneas que se olhe para a Internet como um possível contributo para o minorar dessa crise. Vários autores que centram a sua análise na comunicação política, referem que a Internet introduz uma descentralização da produção e recepção da informação, a interactividade na construção de redes de cidadãos e entre representantes e eleitores, uma maior reflexividade política (aqui entendida como aumento da autonomia e competência dos actores políticos) e o surgimento de novos actores, na medida em que possibilita a criação de novos movimentos sociais<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Cardoso, Gustavo, (2000) "Prefácio" em Mark Poster, *A Segunda Era dos Media*, Oeiras, Celta, pp. i-iv.

<sup>3</sup> Dutton W. (2000), *Networked Citizens and e-Democracy*, Presidência da República Portuguesa, Os Cidadãos e a Sociedade de Informação, Lisboa, INCM; Cohen, R., Rai, S. (eds) (2000), *Global Social*

## O Parlamento português e a utilização da Internet

O projecto de investigação “Elites Parlamentares e Tecnologias de Informação”, que constitui a base empírica deste artigo, encontra-se em desenvolvimento em 15 países da União Europeia, no âmbito da Acção Europeia sobre *Government and Democracy in the Information Age* (GaDIA)<sup>4</sup>, desenvolvida no âmbito da rede COST<sup>5</sup> A14 – *Working Group 1/ Cyberdemocracy*. Esta rede de pesquisa, dedicada ao estudo das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s) no campo político, iniciou o seu trabalho em 1998, contando actualmente com a participação da Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suíça, Espanha, Suécia, Portugal e Reino Unido. Sendo este projecto financiado em Portugal pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Como objectivos principais, este projecto, para além de constituir o primeiro estudo a nível europeu nesta matéria, permitirá produzir conhecimentos sobre a complexa relação entre as tecnologias da informação e os parlamentos nos diferentes países da Europa, e também desenvolver o estudo sobre a democracia na Sociedade da Informação. O centrar da atenção deste grupo de trabalho nas elites parlamentares prende-se com o seu papel crucial enquanto actores principais no processo de democracia representativa. Ao estudar a influência das tecnologias de informação na actividade política, o modo como aquelas contribuem para a redefinição e reestruturação do funcionamento dos sistemas democráticos e ao averiguar de que forma as TIC’s podem promover um aprofundamento da relação entre deputados e eleitores, procura-se delinear os contornos de uma possível nova etapa para as democracias representativas. Este projecto tem assim como seu objectivo último o informar os decisores políticos com o intuito de delimitar estratégias ao nível da utilização das tecnologias da informação pela classe política e no relacionamento desta com os restantes cidadãos.

Porquê escolher os parlamentares como objecto de estudo ? Porque os mesmos constituem uma elite política, na medida em que tendo em conta o carácter

---

Movements, Athlone Press; Castells, M. (2001), *The Internet galaxy - Reflections on the Internet, Business, and Society*, London, Oxford University Press

<sup>4</sup> <<http://www.cos.dk/gadia/gadia.htm>>

<sup>5</sup> <<http://www.cost.cordis.lu>>

fundamentalmente representativo das democracias modernas, os parlamentares são um elo de ligação entre o Governo e a população. Como salienta André Freire<sup>6</sup>:

- Em primeiro lugar, é sobretudo através das eleições parlamentares que os eleitores escolhem os seus representantes políticos.
- Em segundo lugar, o Parlamento é uma instituição fundamental no processo de produção legislativa, de controle e de legitimação do Governo.
- Em terceiro lugar, o Parlamento constitui um canal privilegiado para os cidadãos tentarem influenciar a tomada de decisões políticas.

Assim, na função de representação política, os deputados têm um papel fundamental, sendo eles os agentes concretos dessa função, enquanto agentes individuais que lhe dão corpo. A forma como os deputados se relacionam com os eleitores, as características dessa relação e a sua performance parlamentar influenciam a qualidade de representação, a eficácia da função legislativa, de fiscalização e legitimação da acção governativa.

Assumimos neste estudo a presença de três dimensões de análise na actividade dos parlamentares:

1. os parlamentares como legisladores (função constitucional oficial);
2. os parlamentares como representantes de segmentos de eleitores e cidadãos em geral;
3. os parlamentares como *agendas setters* (i.e., a sua capacidade de ditar os termos de discussão entre a opinião pública através da utilização dos media).

As consequências culturais e sociais decorrentes da comunicação mediada electronicamente e as potencialidades dos novos *media*, em particular da Internet, no contributo para a criação de uma democracia forte baseada na participação e no debate políticos, são questões transversais à construção do modelo de análise aqui proposto.

Uma imagem fragilizada das instituições e dos actores políticos, a imagem negativa sobre a política produzida pelos media tradicionais, e uma crise da participação dão um novo impulso ao debate em torno da denominada *democracia digital*, entendida aqui como uma aproximação à democracia directa através de novos mecanismos de participação, promovendo o envolvimento dos cidadãos nas decisões, e criação de

---

<sup>6</sup> André Freire (coord.) *Recrutamento Parlamentar – Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, STAPE, 2001.

novos *fora* electrónicos, compostos por uma rede vasta de participantes, capazes de debater os factos políticos em igualdade de condições.

Segundo a problematização de Pippa Norris<sup>7</sup>, no âmbito da democracia digital, (entendida como teoria da participação política), a Internet oferece:

- interactividade e rede global,
- discurso livre (i.e., livre expressão de opiniões),
- livre associação (i.e., criação de comunidades virtuais que partilham interesses comuns),
- construção e disseminação da informação (i.e., produção e partilha de informação que não está sujeita a sanções),
- e finalmente, criação de identidades locais e/ou globais (i.e., identidades supranacionais).

Num cenário ideal, entende-se que os novos media electrónicos permitem chegar directamente ao eleitorado numa base nacional. O grande volume da informação e a rapidez dos fluxos de informação mediados pela comunicação por computador combinada com a interactividade e a descentralização permitiria aos cidadãos ter, com mais frequência, acesso directo às elites dos partidos, partilhar as suas opiniões sobre diversas questões políticas, incluindo a organização estrutural das próprias instituições políticas. As tecnologias de informação permitiriam ao cidadãos aceder a um maior número de informação sobre a actividade política e comunicar com uma audiência local, nacional e/ou global.

A comunicação digital permite processar um maior volume de informação, a uma maior velocidade, combinar elementos textuais, visuais e áudio a um custo mais favorável. Os receptores podem variar entre um e potenciais milhões, e movem-se com fluidez entre o papel de receptor e o de produtor de mensagens.

Outro dos cenários possíveis na comunicação digital é uma maior interactividade entre cidadãos e elites políticas, promovendo-se uma *democracia discursiva*, entendida como espaço de discussão e promotora da interactividade. Esta é, sem dúvida, uma das questões centrais no estudo realizado. Por outro lado, tentou-se analisar em que medida questões práticas como a rapidez dos fluxos de informação, combinada com a interactividade e descentralização, podem permitir aos cidadãos ter com mais frequência

---

<sup>7</sup> Pippa Norris, “*The Democratic Divide? The Impact of the Internet on Parliaments Worldwide*” (2000)

acesso directo às elites parlamentares, partilhando opiniões sobre diversas questões políticas, e acedendo a uma maior informação sobre a própria actividade parlamentar.

No caso específico dos parlamentos e dos parlamentares, as tecnologias da informação podem contribuir para melhorar a comunicação entre os parlamentares e os cidadãos, tendo como consequência a definição de novos contornos da função de representação. Relativamente à divulgação de informação parlamentar, os *sites* dos parlamentos podem fornecer informação detalhada sobre procedimentos legislativos e actividades parlamentares, permitindo uma maior transparência e um acesso dos cidadãos ao desenvolvimento do processo político, e promovendo a relação dos eleitos com os seus constituintes.

A distribuição de diferentes tipos de informação, publicações oficiais, legislação, relatórios do governo, pode ser feita de maneira eficiente para uma base de cidadãos cada vez maior. A Internet permite ainda a divulgação de versões completas de documentos oficiais, da agenda parlamentar (debates e sessões parlamentares), de visitas virtuais aos edifícios-sede dos parlamentos, a procura facilitada de formatos digitais em áreas específicas da acção governativa, ou a existência de secções específicas de informação para estudantes e docentes. Num cenário de aproveitamento de todas as possibilidades, as tecnologias da informação podem facilitar o processo político, permitindo uma maior abertura dos parlamentos aos cidadãos.

Em segundo lugar, as tecnologias de informação ajudam a criar canais de comunicação para cidadãos, grupos de interesse e de influência, ou associações que procurem contactar os parlamentares, e também encorajam a criação de grupos de discussão *online* e outras formas de obter *feedback* político, como espaços para comentários nas páginas dos parlamentos.

Todos estes mecanismos demonstram que as tecnologias da informação podem contribuir para uma democracia mais participativa e conseqüentemente mais próxima de um ideal de democracia directa. Em última análise, os dados obtidos através deste estudo procuram reflectir sobre se a capacidade democrática da Internet se está a concretizar nos parlamentos europeus. Isto é, se os parlamentares dos diferentes países estão a aproveitar todas as potencialidades que as tecnologias de informação oferecem para alterar a comunicação política e a representação.

## Apresentação dos Resultados do projecto

O questionário, que constitui um dos instrumentos de análise ao serviço deste projecto, foi aplicado à totalidade dos parlamentares portugueses (230) durante a VIII Legislatura, ao qual responderam 80 deputados (35%). Relativamente ao género, os deputados do sexo masculino representam 77,5% do total dos inquiridos para 22,5% de deputadas, o que coincide, de um modo geral, com a distribuição efectiva, segundo o género, no Parlamento português (81% de deputados e 19% de deputadas) e com a tendência de predominância do sexo masculino na composição dos parlamentos europeus.

**Quadro 1 – Distribuição da amostra por género (%)**

	Parlamento	Amostra
Masculino	81	77,5
Feminino	19	22,5

Relativamente à idade, na amostra verifica-se a predominância dos deputados mais jovens – o escalão etário inferior a 40 anos representa 43,8% das respostas, seguindo-se os deputados entre os 41 e 50 anos (28,8%), entre os 51 e 60 anos (25%), Apenas um deputado tem mais do que 60 anos. Esta amostra inverte os valores de distribuição efectiva dos escalões etários previamente indicados, na medida em que o escalão entre os 36 e 49 anos predomina sobre os restantes (46%); até 35 anos (19%), e mais de 50 anos (35%). Esta tendência verificada na amostra indicia que a utilização das tecnologias da informação e comunicação se faz maioritariamente entre os deputados mais jovens.

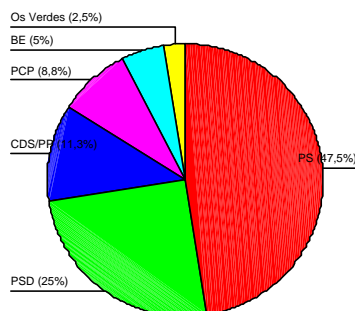
**Quadro 2 – Distribuição da amostra por escalão etário (%)**

	Parlamento		Amostra
Até 35 anos	19	Até 40 anos	43,8
36-49	46	41-50	28,8
Mais de 50 anos	35	51-60	25

A distribuição dos inquiridos pelo partido/grupo parlamentar segue a constituição do Parlamento: a maioria é do Partido Socialista (38 deputados), seguindo-se o Partido Social-Democrata (20), o CDS-Partido Popular (9), o Partido Comunista Português (7),

o Bloco de Esquerda (4)<sup>8</sup>, e Os Verdes (2). Nas respostas observa-se uma sobre-representação dos quatro últimos partidos/grupos e uma sub-representação dos dois maiores partidos, segundo a distribuição efectiva na VIII Legislatura.

**Figura 1 – Partidos/grupos parlamentares na amostra**



**Quadro 3 – Partidos/grupos parlamentares**

	Parlamento	Amostra
PS	115 (50%)	38 (47,5%)
PSD	81 (35,2%)	20 (25%)
CDS-PP	15 (6,5%)	9 (11,25%)
PCP	15 (6,5%)	7 (8,75%)
BE	2 (0,9%)	4 (5%)
Os Verdes	2 (0,9%)	2 (2,5%)
Total	230 (100%)	80 (100%)

Em termos de áreas de interesse político/desenvolvimento do trabalho parlamentar, os inquiridos indicam principalmente a Educação, Ciência e Cultura; o Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; a Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente; e os Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (ver Quadro 4).

**Quadro 4 – Áreas de interesse político/desenvolvimento do trabalho parlamentar (por comissões)**

	Percentagem (%)
Educação, Ciência e Cultura	15,8
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	13,9
Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente	12,3
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	11,9

<sup>8</sup> O inquérito foi aplicado à totalidade do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, que funcionou na VIII Legislatura em regime de rotatividade: dois deputados eleitos, com quatro deputados no total a exercerem actividade parlamentar.

Economia, Finanças e Plano	9,2
Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação	8,8
Paridade e Igualdade de Oportunidades e Família	7,3
Juventude e Desporto	6,9
Defesa Nacional	5,8
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	4,6
Equipamento Social	1,5
Saúde e Toxicodependência	1,2
Assuntos Europeus	0,8

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) varia significativamente segundo o tipo de tecnologia em questão. Analisando as ferramentas da Internet enquanto meios para comunicar, o *e-mail* acolhe uma maior utilização (56,4%), em contraposição às linhas de conversação/*chat* e os *newsgroups* (como se depreende do Quadro 5).

Por sua vez, as ferramentas da Internet enquanto meios de acesso à informação, a navegação na *World Wide Web* (*www*) é mais comum que a utilização da *Intranet*, que se define como um servidor apenas interno ao Parlamento, através do qual os deputados podem aceder a determinada informação específica. Será de salientar igualmente que apenas uma minoria dos inquiridos utilizam frequentemente uma página pessoal (5,1%, i.e., 15 deputados) para se apresentarem e comunicarem com outros utilizadores da Internet. A definição de página pessoal presente neste estudo compreende um processo pró-activo em termos de preocupação na construção e nos conteúdos da página, seja numa página interna ao Parlamento, seja numa página construída noutro servidor externo.

**Quadro 5 – Utilização de TIC's no trabalho parlamentar (%)**

	Utilização frequente/ permanente
<i>E-mail</i>	56,4
<i>Newsgroups</i> /Grupos de discussão	2,6
Linhas de conversação/ <i>chat</i>	1,3
Página pessoal	5,1
<i>World Wide Web</i> ( <i>www</i> )	46,2
<i>Intranet</i>	30,8

Nota: As percentagens não somam 100% porque a leitura do quadro se restringe a cada uma das categorias em coluna relativas às opções dispostas em linha.

A adesão elevada à utilização do *e-mail*, ainda que indirectamente ligado ao trabalho parlamentar, demonstra-se também na elevada percentagem de inquiridos que possuem um outro *e-mail* para além do endereço parlamentar (72,5%).

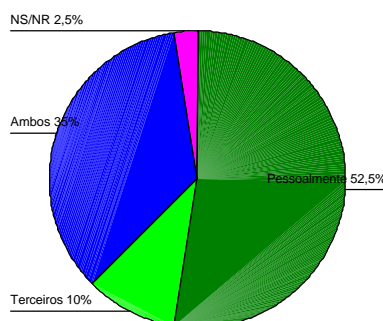
Sendo o tipo de TIC's mais utilizado, o *e-mail* apresenta-se como uma ferramenta consultada diariamente (73,8%), embora os inquiridos tendam a responder mais aos *e-mails* que recebem nos casos de perguntas concretas e/ou pedidos de informação/material (58,8%).

Em termos de frequência de utilização das TIC's, os deputados tendem a estar *online* diariamente (67,5%), com uma frequência semanal muito equilibrada, desde uma hora até mais de dez horas (salienta-se que a utilização da Internet pelas suas características tecnológicas promove a simultaneidade com outras actividades).

No decorrer do seu trabalho parlamentar, os deputados privilegiam a utilização pessoal das TIC's (52,5%), em detrimento da utilização por terceiros (10%), isto é, *staff* pessoal, consultores externos e/ou *freelancers* ou outros funcionários do Parlamento. Contudo, os inquiridos também recorrem por vezes à ajuda, principalmente, dos assistentes ou da(o) secretária(o) pessoal.

Estes dados de utilização das TIC's indiciam que estas fazem parte da rotina parlamentar e da própria actividade profissional dos inquiridos, com tendência crescente para a sua expansão. Tendo em conta a actividade parlamentar, a utilização pessoal das TIC's, com recurso diminuto a terceiros, surge como um indicador do grau de apropriação individual das mesmas.

**Figura 2 – Utilização pessoal das TIC's**



Para além da dimensão da utilização das TIC's, torna-se fundamental compreender também a iniciação e competência na utilização das mesmas, enquanto dimensões

centrais de apropriação destas tecnologias. Na maioria dos casos, os deputados iniciaram a utilização das TIC's no período de 1995 a 2000 (sendo 1998 o ano do crescimento exponencial na utilização das TIC's – 19,6% dos inquiridos), possuindo já alguma experiência anteriormente ao seu mandato parlamentar (60%). Esta iniciação nas TIC's segue afinal a tendência geral de evolução das tecnologias da informação em Portugal, que se verificou sobretudo a partir de 1995.

Porém, será de salientar também a percentagem elevada de utilizadores mais antigos, anteriores ao crescimento exponencial das TIC's em Portugal, que atinge 21,6%. O que indicia uma familiaridade adquirida para com estas tecnologias por uma parte significativa dos inquiridos.

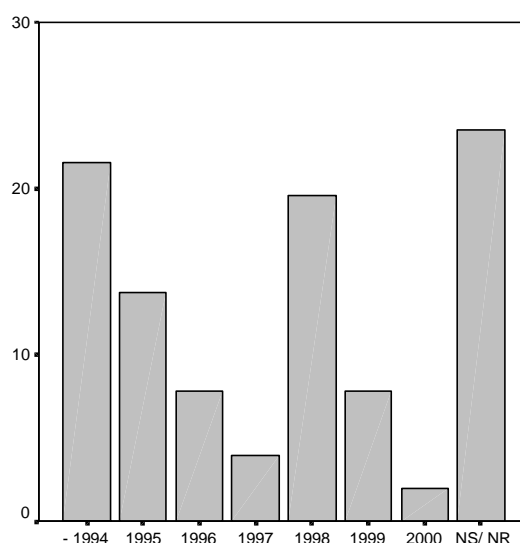
Ao cruzar-se a data de iniciação nas TIC's com a utilização pessoal destas tecnologias, verifica-se que os deputados que delegam essa utilização exclusivamente a terceiros apresentam uma antiguidade inferior aos restantes, ou seja, constituem também o grupo com menos tempo de experiência na utilização das TIC's.

**Quadro 6 – Data de iniciação segundo a utilização pessoal das TIC's (%)**

	Pessoalmente	Alguém o faz por mim	Ambas as situações
Anterior a 1994	16,7	0	17,9
1995-1997	40,5	16,7	42,9
1998-2000	40,5	66,6	32,1
NS/NR	2,4	16,7	7,1

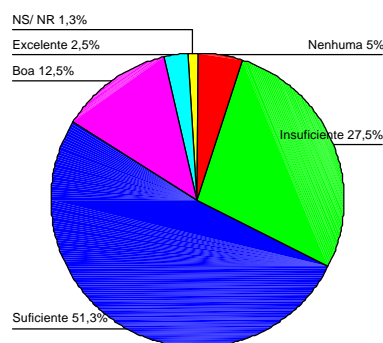
Nota: A leitura do quadro é feita segundo as categorias em coluna relativas às opções em linha.

**Figura 3 – Data de iniciação nas TIC's (%)**



Por outro lado, a aprendizagem de competências no uso das TIC's ocorreu sobretudo por auto-aprendizagem, sendo que nenhum deputado frequentou um curso organizado pelo seu partido e apenas três deputados referem ter frequentado um curso organizado pela administração parlamentar. Tal parece indiciar uma fraca iniciativa parlamentar e partidária no desenvolvimento das competências dos deputados portugueses relativamente ao uso das TIC's, que se apresentam maioritariamente como autodidactas. Ao inquirir sobre qual a auto-percepção dos inquiridos sobre a sua própria competência na utilização das TIC's, a maioria dos inquiridos percebem a sua competência na sua utilização apenas como suficiente, verificando-se também uma grande parte de deputados com competência insuficiente ou inexistente (ver Figura 4). Assim, embora se verifique uma utilização alargada de determinados tipos de TIC's, como o *e-mail* e a *www*, os inquiridos sentem-se pouco preparados para aproveitarem todas as suas potencialidades, assumindo algumas deficiências na capacidade de utilização (chama-se no entanto a atenção que, sendo esta uma avaliação no quadro das competências pessoais, poderá ter existido alguma subavaliação por parte dos respondentes).

**Figura 4 – Auto-percepção da competência na utilização das TIC's**



Por outro lado, ao cruzar-se a auto-percepção da competência com a utilização pessoal das TIC's, constata-se que os inquiridos que delegam exclusivamente essa utilização a terceiros são os que mais percebem a sua competência como nenhuma ou insuficiente (87,5%). Pelo contrário, os inquiridos que utilizam pessoalmente as TIC's são os que indicam uma melhor competência na sua utilização, como se depreende do Quadro 7.

**Quadro 7 – Auto-percepção da competência segundo a utilização pessoal das TIC's (%)**

	Pessoalmente	Alguém o faz por mim	Ambas as situações

Nenhuma/Insuficiente	19	87,5	39,3
Suficiente	61,9	12,5	50
Boa/Excelente	19,1	0	10,7

Relativamente à utilização dos diferentes *media* para a comunicação política, os *media* tradicionais recolhem a preferência dos parlamentares para fazer passar a *mensagem* política. A Internet surge em último lugar nas preferências dos deputados como meio relevante para a comunicação política. Como se depreende do Quadro 8, os inquiridos privilegiam principalmente a televisão, e depois os jornais diários e os semanários, como meios de informação relevantes para a comunicação política. Não obstante, a Internet apresenta um valor significativo: cerca de um terço dos deputados considera-a relevante como meio de informação.

**Quadro 8 – Utilização de *media* para a comunicação política (%)**

	Nada/Pouco importante	Neutral	Importante/Muito importante
Televisão	11,4	6,3	82,3
Jornais diários	6,4	28,2	65,4
Semanários	9	28,2	62,8
Revistas	41	24,4	34,6
Internet	41,6	27,3	31,2

Se atendermos especificamente às áreas de utilização das TIC's (em termos de média com uma escala de 1 a 7), os deputados ocupam mais tempo na procura de informação específica e de informação generalizada, o que parece indiciar ser privilegiada uma maior utilização das TIC's enquanto meio de acesso a informação do que como meio de comunicação.

Enquanto meio para comunicar com outros, as TIC's são utilizadas tanto para comunicação interna como externa com outros; porém, a comunicação externa com constituintes apresenta um valor mais baixo, o que poderá levantar a hipótese de que os inquiridos privilegiam mais a comunicação com outros agentes políticos e não tanto com os eleitores/cidadãos. Por último, as TIC's raramente são utilizadas para campanha política por parte dos parlamentares (ver Quadro 9). Um dado que será analisado no

segundo relatório deste projecto quando for realizada a análise de conteúdo dos *sites* dos partidos políticos e a sua relação com os parlamentares eleitos.

**Quadro 9 – Áreas de utilização das TBI's (escala 1 a 7)**

Procura de informação específica	5,3
Procura de informação generalizada	4,6
Comunicação interna	3,4
Comunicação externa com outros	3,4
Comunicação externa com constituintes	2,8
Campanha política	2,2
Outros	1,4

Por outra parte, em termos de tempo de ligação à Internet, os assuntos politico-associativos são os que, em média, mais tempo ocupam aos deputados (51,3%).

O papel desempenhado pela Internet como meio de informação e comunicação demonstra-se igualmente na utilização diária elevada do *e-mail*, com uma quantidade entre 10 a 50 *e-mails* recebidos semanalmente por metade dos deputados inquiridos.

Por outro lado, os conteúdos dos *e-mails* recebidos (numa escala de 1 a 11), centram-se sobretudo em assuntos de política nacional (6,9), assuntos partidários (5,9), e assuntos de política nacional na área de especialização do deputado (5,5). Isto é, a maior parte dos *e-mails* referem-se à própria actividade política dos inquiridos, demonstrando uma introdução das TIC's nessas rotinas de trabalho, ou na performance quotidiana do trabalho parlamentar.

O maior número de *e-mails* recebidos sobre assuntos de política nacional em comparação com os assuntos de política local/regional pode, até certo ponto, ser explicado pelo sistema de eleição parlamentar português. Na ausência de círculos uninominais, os deputados eleitos são muitas vezes considerados como representantes dos eleitores em geral, e não particularmente ligados às suas circunscrições eleitorais.

Por outro lado, destacam-se os *e-mails* referentes a perguntas/feedbacks/críticas dos cidadãos, algo a que se irá dedicar mais atenção quando analisarmos a origem dos *e-mails* recebidos (ver Quadro 10). Será de salientar igualmente os contactos dos media que, aparentemente, começam também a utilizar as TIC's como meio de comunicação com os inquiridos.

Embora com um valor mais baixo, os *e-mails* de grupos de interesse organizados e *lobbys* são indicados pelos inquiridos, sendo um indício de uma crescente diversificação de meios de pressão sobre os parlamentares.

Por fim, mesmo com as maiores possibilidades de anonimato e de facilidade de contacto, os inquiridos não recebem um número significativo de *e-mails* contendo insultos, o que pode apontar para uma participação dos eleitores/cidadãos mais constructiva, e não centrada apenas em discussões infrutíferas ou menos sérias (um perigo apontado, por vários autores, com base no carácter descentralizado e anónimo da utilização da Internet).

**Quadro 10 – Conteúdos dos *e-mails* recebidos (escala 1 a 11)**

Assuntos de política nacional em geral	6,9
Assuntos partidários	5,9
Assuntos de política nacional na sua área de especialização	5,5
Perguntas/feedbacks/críticas dos cidadãos	4,6
Assuntos de política local/regional da sua circunscrição eleitoral	4,4
Contactos dos media	3,8
Pedidos de informação/materiais	3,5
<b>Lobbying</b>	3,3
Anúncios	2,6
Outros	2,2
Insultos	1,7

Na origem dos *e-mails* recebidos (Quadro 11), nota-se que os eleitores/cidadãos enviam um número significativo de *e-mails* aos deputados (21,3% do total de *e-mails* recebidos pelo parlamentares). Porém, a soma dos *e-mails* referentes à comunicação interna, mais os *e-mails* oriundos do *staff* pessoal, dos colegas de partido e da organização do partido totalizam 44,8% dos *e-mails* recebidos.

Por outro lado, os *e-mails* oriundos de outras organizações – grupos de interesse, burocracia/governo e imprensa/jornalistas – também são frequentemente recebidos pelos parlamentares (as três categorias totalizam 33,9%).

**Quadro 11 – Origem dos *e-mails* (%)**

Eleitores/cidadãos	21,3
<i>Staff</i> pessoal	17,9
Colegas de partido	15,4
Grupos de interesse	14,6
Organização do partido	11,5
Burocracia/Governo	10,9
Imprensa/Jornalistas	8,4

Num cenário ideal, o *input* de informação política na Internet também se processa através da participação em debates e fóruns, organizados principalmente pelos meios de comunicação social. No entanto, apenas uma minoria dos inquiridos participa nestes fóruns de discussão (18,8%), com uma frequência diminuta de uma vez por semana (28,6%).

Finalmente, levanta-se a questão se as informações recebidas pelos deputados, principalmente através de *e-mails*, influenciam o processo de tomada de decisão relativamente ao desenvolvimento do trabalho parlamentar. A indicação presente no questionário corresponde à auto-percepção por parte dos inquiridos sobre o estímulo e utilidade dos *e-mails*, presentes nos Quadros 12 e 23.

Efectivamente, a maioria dos deputados só por vezes considera os *e-mails* recebidos como estimulantes (55%) e úteis (65,5%) para o seu trabalho parlamentar, embora apenas uma minoria os ignora totalmente. A possibilidade de uma comunicação mais directa entre os deputados e os restantes intervenientes no processo comunicativo não significa obrigatoriamente uma maior interactividade. Há também de ter em conta o tipo de conteúdos e o juízo feito sobre os mesmos pelos destinatários finais.

**Quadro 12 – Estímulo dos e-mails recebidos (%)**

Frequentemente	6,3
Muitas vezes	28,8
Às vezes	55
Raramente	6,3
Nunca	3,8

**Quadro 13 – Utilidade dos e-mails recebidos (%)**

Frequentemente	7,5
Muitas vezes	16,3
Às vezes	62,5
Raramente	8,8
Nunca	3,8
NS/NR	1,3

A transmissão de informação (*output*) por parte dos deputados encontra-se representada no presente estudo na distribuição de informação política através das TIC's, e também na existência de página pessoal (seja construída no quadro do Parlamento e/ou ao partido, seja construída noutro servidor externo).

Relativamente ao primeiro indicador, a utilização generalizada das TIC's confirma-se na percentagem elevada de distribuição de informação política através das TIC's, seja pessoalmente ou por terceiros (73,8%).

Contudo, a existência de página pessoal verifica-se em apenas 27,5% dos casos. Embora se verifique que apenas uma minoria dos deputados têm página pessoal, para os que a mantêm esta é percebida como útil ou muito útil para o seu trabalho parlamentar, resultando principalmente ou de iniciativa pessoal, ou de cooperação com o grupo parlamentar.

Estes dados vêm aprofundar a análise anterior do fraco envolvimento dos partidos político no desenvolvimento de competências tecnológicas dos deputados eleitos pelas suas listas. Por outro lado, sugere algum envolvimento da administração parlamentar na criação de páginas pessoais nos deputados da sua bancada.

**Quadro 14 – Razões de manutenção da página pessoal (%)**

Iniciativa pessoal	38,9
Cooperação com o grupo parlamentar	30,6
Cooperação com grupos de interesse ou outras organizações	13,9
Cooperação com a organização partidária a nível nacional	8,3
Cooperação com a administração parlamentar	5,5
Cooperação com outras unidades partidárias	2,8

Nota: As percentagens referem-se apenas aos inquiridos que possuem página pessoal (27,5% dos 80 inquiridos - 22 deputados)

A existência de uma página pessoal possibilita aos deputados apresentar directamente as suas opiniões e informações. Porém, quando questionados sobre se imaginam publicar na sua página pessoal posições discordantes do partido, a maior parte dos inquiridos não acolhe favoravelmente a publicação de conflitos internos, embora uma minoria consiga imaginar-se a fazê-lo.

O impacto da utilização das TIC's no trabalho parlamentar foi avaliado, num primeiro momento, em termos da auto-percepção do estado da comunicação com os outros agentes políticos. As opiniões dividem-se entre uma melhor (49,3%) ou idêntica (43,5%) comunicação com a administração pública, dados que se podem relacionar com os modelos de comunicação dentro do sistema político português entre a Assembleia e o Governo. Efectivamente, os deputados portugueses tendem a recorrer ao Governo central para a obtenção de informação, e não tanto directamente à própria administração pública.

No que respeita à comunicação com os deputados do partido ou de outros partidos, a maioria considera que está idêntica desde a utilização das TIC's no Parlamento; porém, os inquiridos consideram que a comunicação entre os deputados do mesmo partido evoluiu positivamente, não sendo significativo o valor dos que afirmam ter melhorado a comunicação inter-partidária (ver Quadro 15).

Em contraste, verifica-se uma opinião mais positiva da evolução da comunicação com os eleitores, que recebe a percentagem mais elevada (56,5%). Mais uma vez, indicia-se aqui que a evolução mais positiva surge na comunicação com os cidadãos e/ou eleitores, sendo a comunicação com outros membros da Assembleia de outros partidos não muito melhorada pela utilização das TIC's.

**Quadro 15 – Evolução da comunicação política (%)**

	Pior	Idêntica	Melhor	NS/NR
Administração pública	1,4	43,5	49,3	5,8
Eleitores	2,9	40,6	56,5	0
Deputados do partido	4,3	58	36,2	1,4
Deputados de outros partidos	7,2	71	15,9	5,8

As representações dos inquiridos sobre a avaliação da utilização das TIC's no seu mandato político - se a Internet é indispensável ou não para a actividade parlamentar (ver Quadro 16) - indiciam uma aparente repartição de opiniões. Assim, os inquiridos repartem-se entre opiniões tanto optimistas quanto pessimistas.

Enquanto meios de gestão mais eficaz do tempo e do espaço, as TIC's são percebidas como um ganho efectivo de tempo (59,7%), mas com menos influência na necessidade de deslocação, dado que os inquiridos consideram que as TIC's não diminuem consideravelmente nas suas deslocações quotidianas.

No entanto, estas deslocações são diferenciadas segundo o seu grau de importância, verificando-se que os inquiridos consideram que as TIC's não diminuem a necessidade de deslocação para tomar uma decisão importante (47,2%).

Relativamente ao transporte de papel, os inquiridos percebem as vantagens das TIC's na diminuição do papel transportado, algo que se pode relacionar com o crescente envio electrónico de documentos, cartas, etc; porém, ressalve-se que esta crescente utilização de suportes digitais de informação pode não corresponder a uma diminuição do papel dispendido, perante a necessidade frequente de possuir o suporte em papel para inúmeras situações nas quais as TIC's não se encontram presentes.

Por fim, a percepção de uma melhoria na informação sobre a vida no Parlamento (45,8%) indicia uma melhor circulação da informação entre os deputados, embora aqui se ressalve as diferenças anteriormente analisadas entre a comunicação com deputados do mesmo partido e com deputados de outros partidos, introduzindo aqui diferenciações e lógicas partidárias nesta evolução da informação e comunicação dentro do sistema parlamentar.

**Quadro 16 – Utilização das TIC's no mandato político (%)**

	Desacordo/ Desacordo total	Neutral	De acordo	NS/NR
É indispensável, não podia passar sem ela	34,7	30,6	34,7	0
Ganho imenso tempo	6,9	33,3	59,7	0
Não é necessário deslocar-me para tomar uma decisão importante	47,2	31,9	20,8	0
Fico melhor informado sobre a vida no Parlamento	15,3	38,9	45,8	0
Transporto fisicamente menos papel	12,5	27,8	58,3	1,4
Desloco-me menos	27,8	40,3	31,9	0

No que respeita à evolução futura do impacto das TIC's no desenvolvimento do País, da sociedade e da democracia, os inquiridos expressam a opinião de que as TIC's irão ter uma crescente influência na política e nos políticos, o que se demonstra igualmente na sua crença no papel que as TIC's terão no encorajamento de novas formas de democracia (voto electrónico, referendo electrónico, por exemplo).

Este optimismo estende-se ao alargamento do leque de assuntos políticos e na melhoria do diálogo dentro do sistema político e entre os representantes e os cidadãos (algo que corrobora a análise anterior sobre os *e-mails* recebidos oriundos de eleitores/cidadãos, mas que não assegura o papel último de capacidade de influenciar os processos por parte de eleitores/cidadãos).

Relativamente às publicações *online* de posições extremistas, os inquiridos não percebem este perigo de forma premente, algo que se pode explicar provavelmente com o reduzido público *online* e com a influência ainda bastante acentuada dos media tradicionais na formação da opinião pública.

Porém, os inquiridos expressam uma preocupação com o alargamento do fosso entre os info-ricos e os info-pobres, e uma atitude céptica quanto ao encorajamento da participação política dos cidadãos provocada pelo impacto das tecnologias da informação e comunicação (ver Quadro 17).

Este último ponto, embora possa parecer contraditório com a maioria de respostas positivas referentes ao encorajamento das novas formas de democracia, na realidade o que os deputados poderão querer afirmar é que uma coisa é o surgimento de novas formas de democracia (algo que as TIC's podem encorajar), no sentido de novos canais para a participação, outra coisa será esperar que a tecnologia *per si* traga mais pessoas à participação política.

**Quadro 17 – Opinião sobre o impacto das TIC's no desenvolvimento do País (%)**

	Discordo/ Discordo totalmente	Neutral	Concordo/ Concordo totalmente	NS/NR
Encoraja novas formas de democracia	17,5	20	60	2,5
Encoraja a participação política dos cidadãos	18,8	37,5	40	3,8
Perigo associado às publicações <i>online</i> de posições extremistas	41,3	21,3	31,3	6,3
Alargamento dos assuntos políticos	8,8	35	53,8	2,5
Aumento do fosso entre info-ricos e info-pobres	26,3	22,5	50	1,3
Melhorar o diálogo dentro do sistema político e entre representantes e cidadãos	13,8	27,5	55	3,8
Fragmentação entre o público político	56,3	15	21,3	7,5
Não haverá influência na política e nos políticos	56,3	30	11,3	2,5

### **Conclusões Preliminares e Exploração de uma Tipologia para a Utilização da Internet pelos Parlamentares Portugueses**

Numa primeira análise, somos levados a concluir que os deputados portugueses partilham uma visão positiva das tecnologias de informação como promotoras de novas formas de democracia. Como entendem então os deputados uma Democracia digital ? Democracia digital serão os possíveis resultados de uma apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação ao serviço da democracia. É pensar como as TIC em geral, e a Internet em particular, podem tornar o processo político mais eficaz, como se pode melhorar a comunicação entre cidadão e eleitos e vice-versa. É também pensar que se poderá aumentar a participação na nossa democracia representativa através da utilização da Internet para comunicar e para fornecer mais informação.

Uma das dimensões de análise que nos propusemos estudar foi a das representações dos deputados sobre a utilidade da Internet para estabelecer comunicação. Podemos pois

identificar que a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) varia significativamente segundo o tipo de tecnologia em questão. Analisando a Internet enquanto meio para comunicar, o *e-mail* acolhe uma maior utilização (56,4%), do que os grupos de conversação/*chat* e os *newsgroups*. Por sua vez, considerando as ferramentas da Internet enquanto meios de acesso à informação, a navegação na *World Wide Web* (www) é mais comum que a utilização da *Intranet*, que se define como um servidor apenas interno ao Parlamento, através do qual os deputados podem aceder a determinada informação específica.

Uma segunda interrogação, decorrente da análise dos dados, tem a ver com a própria estrutura do sistema político português e a discussão se a mesma beneficia ou não o uso da Internet como um veículo privilegiado para comunicar ? Comparando os dados do estudo ao parlamento português e outros sobre parlamentos europeus com outra estrutura de eleição de representantes, mais personalizada, nota-se que a comunicação entre eleitores e eleitos é menor no modelo português (nomeadamente o número de emails recebidos e os contributos dos cidadãos para o trabalho parlamentar – embora o número de deputados que usem a Internet se aproxime dos 30% de agregados familiares com acesso à Internet em Portugal). Também países que possuem no parlamento vários porta-vozes, por temática, nos grupos parlamentares parecem induzir maior interacção entre eleitores e eleitos. Por último, os modelos onde os deputados deixam o parlamento para passar para o Governo ou outros cargos públicos (sendo assim substituídos por membros da lista menos conhecidos dos eleitores) também parece induzir uma menor procura dos parlamentares por parte dos eleitores.

Ainda na mesma linha de interrogações procurámos analisar o papel dos grupos parlamentares no estímulo do uso da Internet. Concluímos que Os grupos parlamentares enquanto órgãos formais não parecem promover a utilização da Internet. Pelo menos quando questionados os deputados não referem ter havido formação dada pelos grupos aos seus membros na utilização da Internet (à excepção de 3 deputados). No entanto, individualmente existe em alguns partidos uma integração da utilização da Internet na comunicação entre os Deputados e as estruturas e organizações dos partidos, que é mais visível nos partidos de esquerda.

O que pensam então os deputados do papel da Internet na sociedade portuguesa e na democracia ? No que respeita à evolução futura do impacto das TIC's no desenvolvimento do País, da sociedade e da democracia, os inquiridos expressam a opinião de que as TIC's irão ter uma crescente influência na política e nos políticos, o

que se demonstra igualmente pela sua visão do papel que as TIC's terão no encorajamento de novas formas de democracia (voto electrónico, referendo electrónico, por exemplo). No entanto, os deputados apontam que uma coisa é o surgimento de novas formas de democracia (algo que as TIC's podem encorajar), no sentido de novos canais para a participação, outra coisa será esperar que a tecnologia *per si* traga mais pessoas à participação política.

Sintetizando os resultados anteriormente apresentados, torna-se possível delinear os perfis mais 'pessimistas' e 'optimistas' dos inquiridos relativamente às suas representações sobre os impactos das TIC's no desenvolvimento da sociedade e da democracia em Portugal.

Relativamente ao género, as deputadas apresentam-se como mais apreensivas relativamente a certos aspectos da influência das TIC's no desenvolvimento geral do país, especificamente sobre o real encorajamento à participação política dos cidadãos e são também as que mais crêem ir aumentar o fosso entre os info-ricos e os info-pobres. Partilhando esta última posição com os deputados de ambos os sexos com idades entre os 51 e os 60 anos.

Os deputados mais jovens são os mais optimistas quanto ao alargamento dos assuntos políticos e menos preocupados com o fosso entre os info-ricos e os info-pobres e as publicações *online* de posições extremistas. No entanto, são os deputados entre os 41 e os 50 anos apresentam-se como os mais optimistas quanto às novas formas de democracia e à participação política dos cidadãos.

No que respeita a orientação ideológica, os deputados de direita apresentam-se mais preocupados com as publicações *online* de posições extremistas, a fragmentação do público político e mais pessimistas quanto ao real aumento da participação política dos cidadãos. Os deputados de orientação de direita são também os que consideram ser menos provável o aumento do fosso entre os info-ricos e info-pobres e que as TIC's promovam o alargamento dos assuntos políticos em discussão.

Independentemente da orientação ideológica, género e idade, existe um outro dado relevante que se prende com o facto de os inquiridos que indicam um maior optimismo quanto à influência das TIC's no seu trabalho parlamentar e ao seu impacto futuro no desenvolvimento do país, pertencerem igualmente ao grupo que utiliza pessoalmente as TIC's.

**Quadro 42 – Opinião positiva da utilização das TIC's no mandato político segundo a utilização pessoal (%)**

	Pessoalmente	Alguém o faz por mim
É indispensável, não podia passar sem ela	36,8	25
Ganho imenso tempo	71,1	25
Não é necessário deslocar-me para tomar uma decisão importante	26,3	0
Fico melhor informado sobre a vida no Parlamento	47,4	37,5
Transporto fisicamente menos papel	60,5	37,5
Desloco-me menos	31,6	50

Nota: As percentagens não somam 100% porque a leitura do quadro se restringe a cada uma das categorias em coluna relativas às opções dispostas em linha.

**Quadro 43 – Opinião sobre o impacto das TIC's no desenvolvimento do País segundo a utilização pessoal (%)**

	Pessoalmente	Alguém o faz por mim
Encoraja novas formas de democracia	64,3	50
Encoraja a participação política dos cidadãos	45,2	37,5
Perigo associado às publicações <i>online</i> de posições extremistas	28,6	62,5
Alargamento dos assuntos políticos	59,5	50
Aumento do fosso entre info-ricos e info-pobres	47,6	75
Melhorar o diálogo dentro do sistema político e entre representantes e cidadãos	52,4	62,5
Fragmentação entre o público político	16,7	37,5
Não haverá influência na política e nos políticos	7,1	25

Nota: As percentagens não somam 100% porque a leitura do quadro se restringe a cada uma das categorias em coluna relativas às opções dispostas em linha.

Podemos, pois, tentar desenhar para o perfil do denominado ‘*ciberdeputado*’, ou seja, o deputado que incorporou a utilização pessoal e permanente das TIC's no seu trabalho parlamentar.

Com base na análise dos dados disponíveis, o deputado que melhor se adaptaria à designação de ‘*ciberdeputado*’ em Portugal na VIII Legislatura, corresponderia ao seguinte perfil: começou a utilizar as TIC's antes de 1999, tem menos de 40 anos, usa pessoalmente a Internet sem recorrer a terceiros, e está *on-line* mais de dez horas semanais. Recebe mais de 100 *emails* semanais e verifica diariamente a sua caixa de

correio. Se atendermos aos deputados que responderam a este inquérito, em função da sua orientação ideológica, então, o *ciberdeputado* será, na VIII legislatura, de esquerda. Por último, resta-nos regressar a uma interrogação já afluída durante a apresentação de resultados neste artigo: será que basta os deputados utilizarem a Internet para promover uma mudança do quadro de participação democrática em Portugal ? Bastará apenas estudar a utilização e as representações dos deputados para perceber o porquê do uso, ou não, da Internet para determinado fim ? Ou será que as respostas estão também num sistema eleitoral e num funcionamento do parlamento que induzem a criação de barreiras entre eleitos e eleitores ? Ou então o que dizer do papel dos *Mass Media* tradicionais na manutenção e no promover de uma comunicação de uns poucos para muitos ? Por fim, será que os cidadãos querem mesmo comunicar com os seus parlamentares, ou preferirão comunicar com o Presidente da República e com o Governo. Entidades, porventura, mais conotadas com o poder no nosso imaginário cultural ? As respostas talvez sejam múltiplas, mas discuti-las é o desafio desta investigação.

**Gustavo Cardoso e Angela Morgado**  
**2001, Comunicação apresentada no II Congresso da SOPCOM**

### **Bibliografia**

- André Freire (coord.) *Recrutamento Parlamentar – Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, STAPE, 2001.
- Cardoso, Gustavo, (2000) “Prefácio” em Mark Poster, *A Segunda Era dos Media*, Oeiras, Celta, pp. i-iv.
- Castells, M. (2001), *The Internet galaxy - Reflections on the Internet, Business, and Society*, London, Oxford University Press
- Castells, Manuel (1997), *The Information Age: The Power of Identity*, London, Blackwell.
- Cohen, R., Rai, S. (eds) (2000), *Global Social Movements*, Athlone Press.
- Dutton W. (2000), *Networked Citizens and e-Democracy*, Presidência da República Portuguesa, Os Cidadãos e a Sociedade de Informação, Lisboa, INCM.
- Pippa Norris, “*The Democratic Divide? The Impact of the Internet on Parliaments Worldwide*” (2000)  
Available HTTP: <<http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/acrobat/apsa2000demdiv.pdf>>